

Inquérito Civil n. 06.2023.00004152-2

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça com atribuição na Curadoria do Consumidor na cidade de Florianópolis e a empresa **SANTA LOUNGE BAR E RESTAURANTE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 22.750.684/0001-81, com sede estabelecida na Avenida das Rendeiras, n. 470, Lagoa da Conceição, Florianópolis/SC, neste ato representada pelo sócio Allan Von Muhlen Taborda, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 016.350.330-39 doravante denominada **Compromissária**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2023.00004152-2, autorizados pelo artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, artigo 6º do Decreto Federal n. 2.181/97, artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 e art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ, e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, na condição de anuente, representado pelo Tenente Marcel Pittol Trevisan, Chefe do Poder de Polícia da Seção de Segurança Contra Incêndio do 1º BBM, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece no artigo 5º, inciso XXXII, que o estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, *caput*, da Constituição Federal, e no art. 93 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que conferem ao Ministério Público a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, III, da Constituição Federal, e art. 5º da Lei n. 7.347/1985;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e arts. 5º, II, e 82, I, ambos do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no §6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e no art. 6º do Decreto n. 2.181/97;

CONSIDERANDO que a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos é um direito básico do consumidor [artigo 6º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor].

CONSIDERANDO que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos [artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor];

CONSIDERANDO que o serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes como o modo de seu fornecimento; o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; e a época em que foi fornecido [artigo 14, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor];

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 13.425, de 30/3/2017 [Lei Boate Kiss], que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção

e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, além de instituir como condição para a execução de projetos artísticos, culturais, esportivos e outros a prevenção de incêndios e desastres, confere atribuição ao Corpo de Bombeiros Militar de planejar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, sem prejuízo das prerrogativas municipais no controle das edificações e do uso [artigos 1º, alínea "b", inciso IV, e 3º, *caput*];

CONSIDERANDO que a Lei Estadual n. 16.157/13 [alterada pela Lei n. 18.284/21] e o Decreto Estadual Executivo n. 1.908/22 estabelecem normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual Executivo n. 894/72 disciplina a concessão de alvarás, de licenças, a expedição de registro, auto de vistoria policial e outros documentos, na Secretaria de Segurança e Informações, por intermédio da Diretoria de Polícia Judiciária da Superintendência da Polícia Civil, e da outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de obtenção de todas as licenças e autorizações públicas para o regular funcionamento da casa noturna, com a indicação da correta atividade exercida pelo estabelecimento;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil instaurado sob o n. 06.2023.0004152-2, versando sobre supostas irregularidades no funcionamento do estabelecimento denominado Santa Lounge Bar e Restaurante – ME [Santa Club Lagoa];

CONSIDERANDO, por fim, a expressa demonstração de interesse da compromissária em pactuar o que adiante segue, e que "o compromisso de ajustamento é garantia mínima, não limite máximo de responsabilidade";

Resolvem celebrar **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, no curso do Inquérito Civil n. 06.2023.00004152-2, doravante denominado TERMO, mediante as seguintes CLÁUSULAS:

I - DO OBJETO

Cláusula 1ª: O objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta é a adequação da atividade, dos sistemas preventivos de incêndio e o respeito ao número de lotação máxima de pessoas de acordo com as licenças expedidas pelo Corpo de Bombeiros Militar e pela Polícia Civil para o regular funcionamento do estabelecimento localizado na Avenida das Rendeiras, 470, bairro Lagoa da Conceição, Florianópolis/SC;

DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

Cláusula 2ª: A **compromissária** obriga-se a providenciar todas as autorizações necessárias para o regular funcionamento da casa, notadamente no que diz respeito àquelas concedidas pelo Município, Polícia Civil e pelo Corpo de Bombeiro, atentando-se à necessidade de apresentação de projeto preventivo contra incêndio, no prazo legal.

Parágrafo único: No prazo de 60 dias, a compromissária dará imediata ciência ao Ministério Público da apresentação de requerimento administrativo de cada um dos documentos listados no *caput* e de seu número de protocolo, bem como apresentará informes trimestrais a respeito de seu andamento e de sua execução, independente de provocação pelo Ministério Público.

Cláusula 3ª. Os documentos que estejam diretamente relacionados à obtenção do habite-se da edificação pelo proprietário do imóvel terão prazo para apresentação ao Ministério Público somente a partir da sua expedição.

Cláusula 4ª. Considerando a obtenção pretérita de licenças e autorizações, compromete-se a compromissária a observar a validade de cada um delas, mantendo-se em dia e renovando todos os documentos públicos que forem vencendo ao longo do tempo.

Cláusula 5ª. A compromissária fica responsável, desde já, por providenciar o integral respeito ao número de lotação máxima de pessoas de acordo com as licenças expedidas pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Civil e manter atualizado e proceder a todas as alterações necessárias que forem exigidas nas vistorias do Corpo de Bombeiros.

DA MEDIDA COMPENSATÓRIA

Cláusula 6ª. A compromissária, como medida compensatória indenizatória pelos danos provocados aos direitos tutelados, pelo presente instrumento, compromete-se a efetuar o pagamento do valor de R\$ 3.000,00, para pagamento em 3 parcelas, após 60 dias da homologação, em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina - FRBL, previsto no art. 13 da Lei federal n. 7.347/85, instituído no Estado de Santa Catarina pela Lei n. 15.694/11, consolidada pela Lei Complementar n. 738/19, o qual se destina a ressarcir a coletividade por danos causados, entre outros, ao consumidor ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, e cuja gestão é de atribuição do Ministério Público de Santa Catarina.

Parágrafo único: Para fins de operacionalização do recolhimento, na forma determinada pelo artigo 283, §2º da Lei Complementar n. 738/19, o Ministério Público encaminhará, para o endereço de e-mail indicado, o respectivo boleto bancário, cujo vencimento será em 60 dias a partir da notificação de homologação de arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2023.00004152-2 pelo Conselho Superior do Ministério Público.

DA CLÁUSULA PENAL

Cláusula 7ª. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Compromisso, a compromissária ficará sujeita a multa no valor de R\$ 1.000,00, por evento, a ser revertida ao FRBL, sem prejuízo de outras medidas judiciais e da execução específica das obrigações assumidas.

Parágrafo único: O descumprimento injustificado de diligências complementares solicitadas pelo Poder Público sujeitará a compromissária à multa estipulada no parágrafo anterior, implicando o descumprimento deste termo de compromisso.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 8ª. O Ministério Público obriga-se a não agir judicialmente contra a compromissária em relação ao objeto deste ajuste, enquanto ele for cumprido.

Cláusula 9ª. À compromissária é garantido o uso e ocupação do imóvel na forma da lei.

Cláusula 10. A compromissária fica ciente de que o cumprimento das obrigações constantes do presente TERMO não a dispensa de satisfazer qualquer outra exigência prevista na legislação, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa.

Cláusula 11. As partes elegem o foro da Comarca da Capital para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Cláusula 12. O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será eficaz a partir de sua assinatura.

Por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 2 vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Florianópolis, 8 de novembro de 2023.

WILSON PAULO MENDONÇA
NETO:01987586930

Assinado digitalmente por WILSON PAULO MENDONÇA NETO:01987586930
ND: CN=CP, OU=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multa de vi. OU=1879897000120,
OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=WILSON PAULO MENDONÇA
NETO:01987586930
Reader: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.11.20 17:11:48-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.2

WILSON PAULO MENDONÇA NETO
Promotor de Justiça
[assinado digitalmente]

TENENTE MARCEL PITTOL TREVISAN
Chefe do Poder de Polícia da Seção de
Segurança Contra Incêndio - 1º BBM

SANTA LOUNGE BAR
E RESTAURANTE
LTDA:227506840001
81

Assinado de forma digital por
SANTA LOUNGE BAR E
RESTAURANTE
LTDA:22750684000181
Dados: 2023.11.20 14:48:54 -03'00'

SANTA LOUNGE BAR E
RESTURANTE – ME

MARIANA CONCEICAO VIEGAS
MARIANA VIEGAS
OAB/SC 41.198
Advogada

Compromissária

Assinado de forma digital por
MARIANA CONCEICAO VIEGAS
Dados: 2023.11.20 15:48:36 -03'00'



Código para verificação: **1T6OR66M**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCEL PITTOL TREVISAN (CPF: 060.XXX.209-XX) em 16/11/2023 às 15:14:04

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/09/2018 - 18:28:54 e válido até 11/09/2118 - 18:28:54.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0JNU0NfOTk5MI8wMDAzMDI4MI8zMDQ3NV8yMDIzXzFUNK9SNjZN> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **CBMSC 00030282/2023** e o código **1T6OR66M** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.